

Resenha

TV Brasil e os rumos da TV pública no país: um estudo de caso da Região Sul

Obra resenhada: LOPES, Ivonete da S. **TV Brasil e a construção da Rede Nacional de Televisão Pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

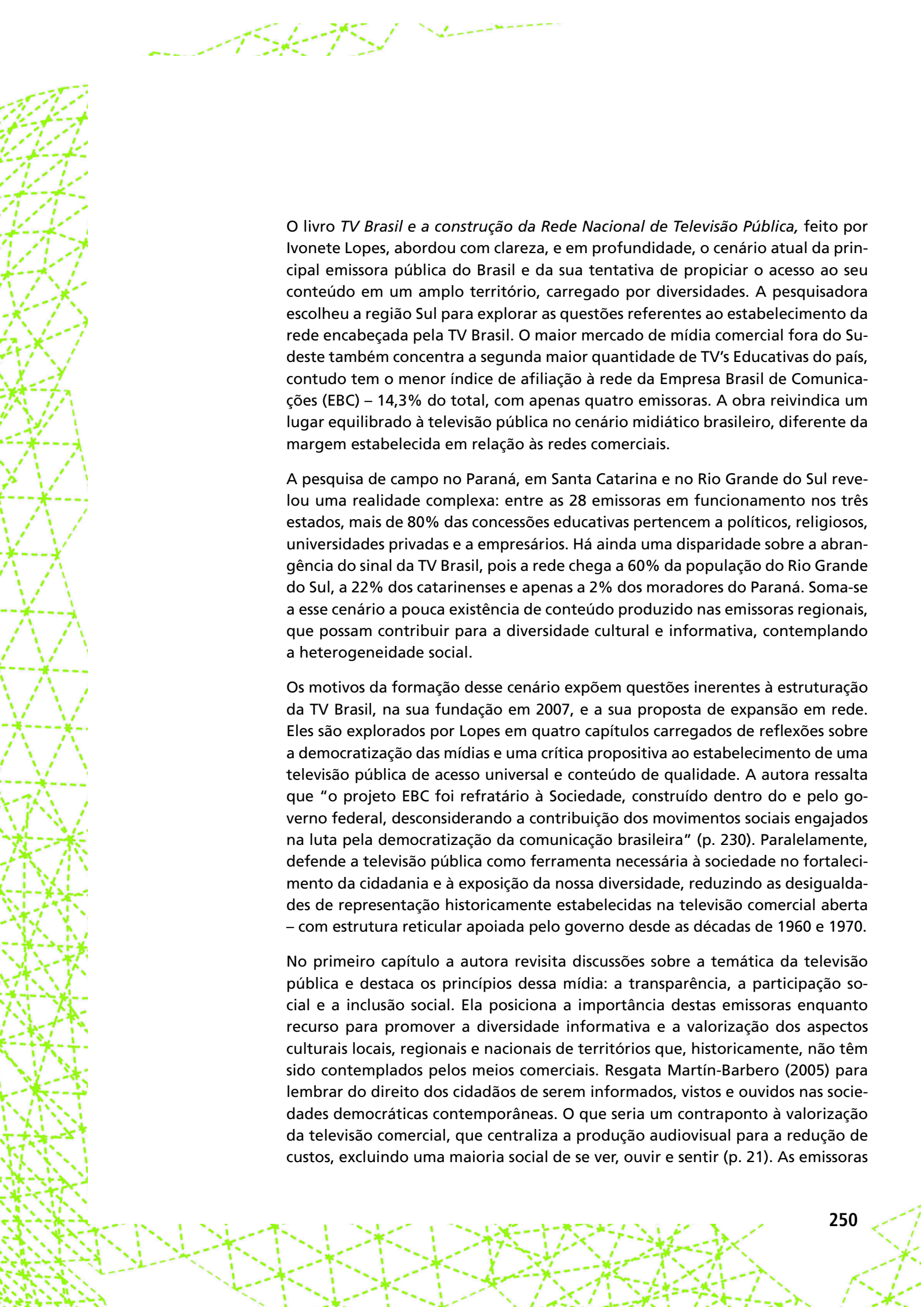
Pâmela Araujo Pinto

Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisa temas relacionados à Comunicação e Política; Mídia Regional e Economia Política da Comunicação.

Contato: pinpamela@gmail.com

Resenha enviada em 28/03/2016

Aprovada em 01/07/2016

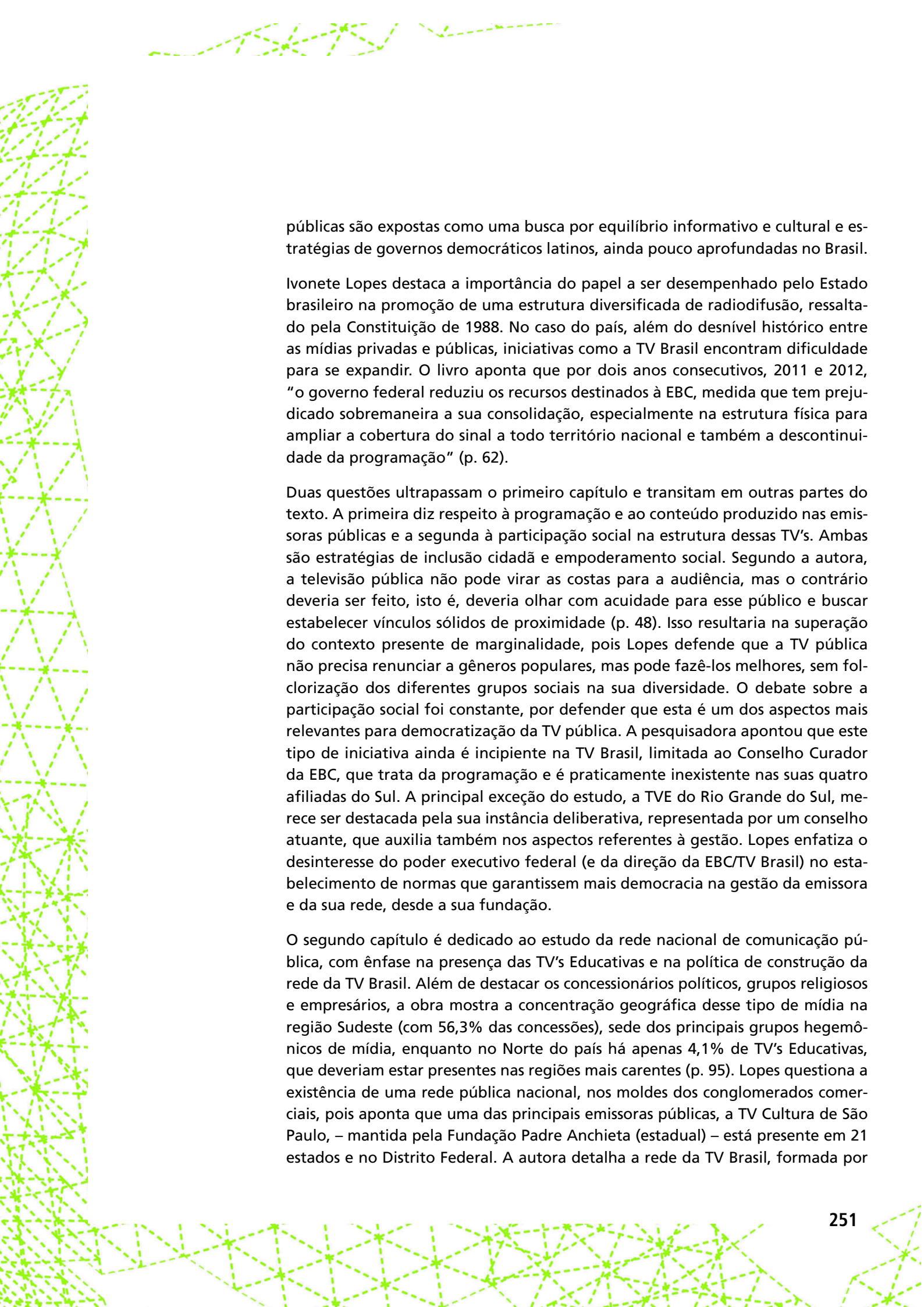


O livro *TV Brasil e a construção da Rede Nacional de Televisão Pública*, feito por Ivonete Lopes, abordou com clareza, e em profundidade, o cenário atual da principal emissora pública do Brasil e da sua tentativa de propiciar o acesso ao seu conteúdo em um amplo território, carregado por diversidades. A pesquisadora escolheu a região Sul para explorar as questões referentes ao estabelecimento da rede encabeçada pela TV Brasil. O maior mercado de mídia comercial fora do Sudeste também concentra a segunda maior quantidade de TV's Educativas do país, contudo tem o menor índice de afiliação à rede da Empresa Brasil de Comunicações (EBC) – 14,3% do total, com apenas quatro emissoras. A obra reivindica um lugar equilibrado à televisão pública no cenário midiático brasileiro, diferente da margem estabelecida em relação às redes comerciais.

A pesquisa de campo no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul revelou uma realidade complexa: entre as 28 emissoras em funcionamento nos três estados, mais de 80% das concessões educativas pertencem a políticos, religiosos, universidades privadas e a empresários. Há ainda uma disparidade sobre a abrangência do sinal da TV Brasil, pois a rede chega a 60% da população do Rio Grande do Sul, a 22% dos catarinenses e apenas a 2% dos moradores do Paraná. Soma-se a esse cenário a pouca existência de conteúdo produzido nas emissoras regionais, que possam contribuir para a diversidade cultural e informativa, contemplando a heterogeneidade social.

Os motivos da formação desse cenário expõem questões inerentes à estruturação da TV Brasil, na sua fundação em 2007, e a sua proposta de expansão em rede. Eles são explorados por Lopes em quatro capítulos carregados de reflexões sobre a democratização das mídias e uma crítica propositiva ao estabelecimento de uma televisão pública de acesso universal e conteúdo de qualidade. A autora ressalta que “o projeto EBC foi refratário à Sociedade, construído dentro do e pelo governo federal, desconsiderando a contribuição dos movimentos sociais engajados na luta pela democratização da comunicação brasileira” (p. 230). Paralelamente, defende a televisão pública como ferramenta necessária à sociedade no fortalecimento da cidadania e à exposição da nossa diversidade, reduzindo as desigualdades de representação historicamente estabelecidas na televisão comercial aberta – com estrutura reticular apoiada pelo governo desde as décadas de 1960 e 1970.

No primeiro capítulo a autora revisita discussões sobre a temática da televisão pública e destaca os princípios dessa mídia: a transparência, a participação social e a inclusão social. Ela posiciona a importância destas emissoras enquanto recurso para promover a diversidade informativa e a valorização dos aspectos culturais locais, regionais e nacionais de territórios que, historicamente, não têm sido contemplados pelos meios comerciais. Resgata Martín-Barbero (2005) para lembrar do direito dos cidadãos de serem informados, vistos e ouvidos nas sociedades democráticas contemporâneas. O que seria um contraponto à valorização da televisão comercial, que centraliza a produção audiovisual para a redução de custos, excluindo uma maioria social de se ver, ouvir e sentir (p. 21). As emissoras

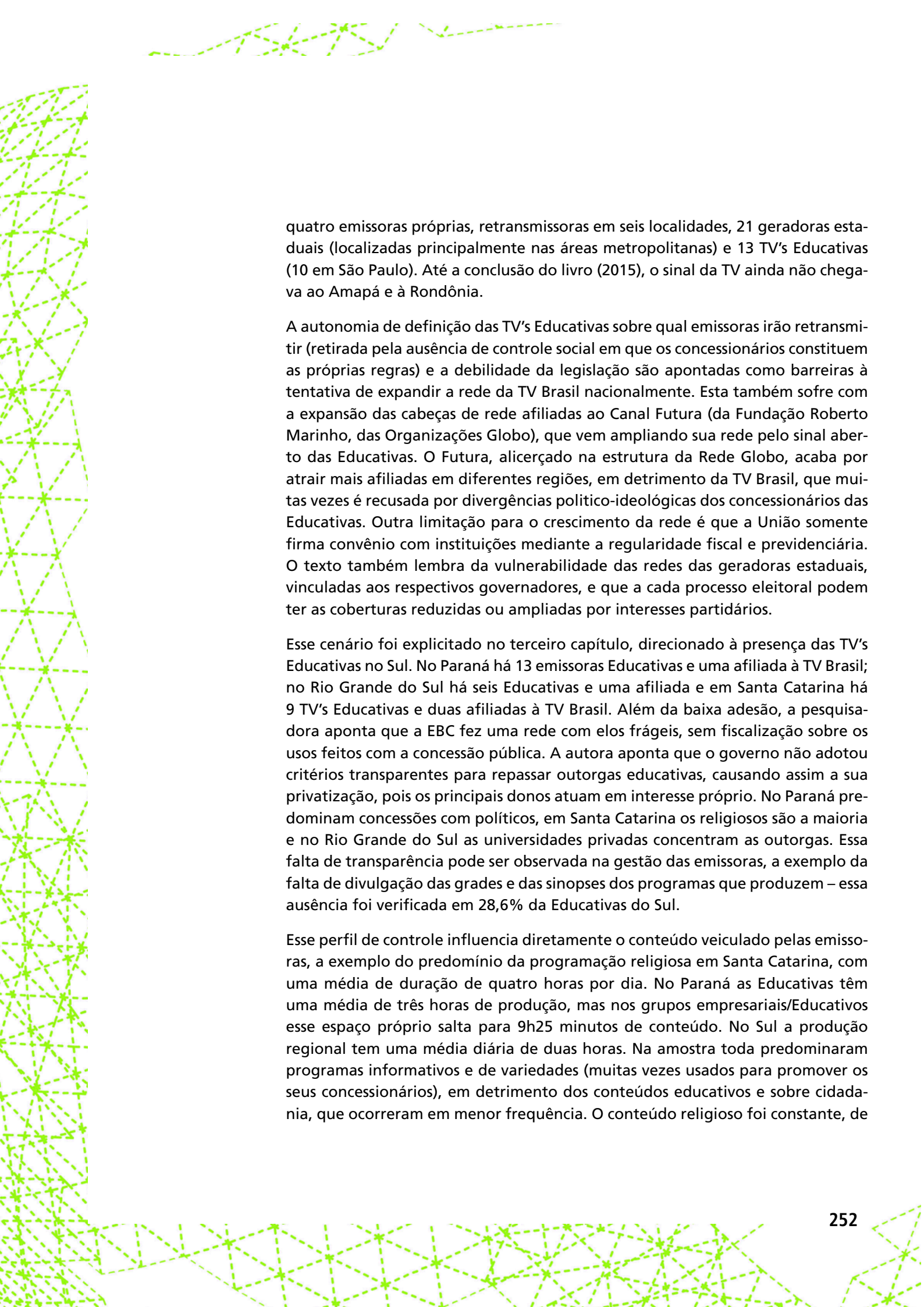


públicas são expostas como uma busca por equilíbrio informativo e cultural e estratégias de governos democráticos latinos, ainda pouco aprofundadas no Brasil.

Ivonete Lopes destaca a importância do papel a ser desempenhado pelo Estado brasileiro na promoção de uma estrutura diversificada de radiodifusão, ressaltado pela Constituição de 1988. No caso do país, além do desnível histórico entre as mídias privadas e públicas, iniciativas como a TV Brasil encontram dificuldade para se expandir. O livro aponta que por dois anos consecutivos, 2011 e 2012, “o governo federal reduziu os recursos destinados à EBC, medida que tem prejudicado sobremaneira a sua consolidação, especialmente na estrutura física para ampliar a cobertura do sinal a todo território nacional e também a descontinuidade da programação” (p. 62).

Duas questões ultrapassam o primeiro capítulo e transitam em outras partes do texto. A primeira diz respeito à programação e ao conteúdo produzido nas emissoras públicas e a segunda à participação social na estrutura dessas TV's. Ambas são estratégias de inclusão cidadã e empoderamento social. Segundo a autora, a televisão pública não pode virar as costas para a audiência, mas o contrário deveria ser feito, isto é, deveria olhar com acuidade para esse público e buscar estabelecer vínculos sólidos de proximidade (p. 48). Isso resultaria na superação do contexto presente de marginalidade, pois Lopes defende que a TV pública não precisa renunciar a gêneros populares, mas pode fazê-los melhores, sem folclorização dos diferentes grupos sociais na sua diversidade. O debate sobre a participação social foi constante, por defender que esta é um dos aspectos mais relevantes para democratização da TV pública. A pesquisadora apontou que este tipo de iniciativa ainda é incipiente na TV Brasil, limitada ao Conselho Curador da EBC, que trata da programação e é praticamente inexistente nas suas quatro afiliadas do Sul. A principal exceção do estudo, a TVE do Rio Grande do Sul, merece ser destacada pela sua instância deliberativa, representada por um conselho atuante, que auxilia também nos aspectos referentes à gestão. Lopes enfatiza o desinteresse do poder executivo federal (e da direção da EBC/TV Brasil) no estabelecimento de normas que garantissem mais democracia na gestão da emissora e da sua rede, desde a sua fundação.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo da rede nacional de comunicação pública, com ênfase na presença das TV's Educativas e na política de construção da rede da TV Brasil. Além de destacar os concessionários políticos, grupos religiosos e empresários, a obra mostra a concentração geográfica desse tipo de mídia na região Sudeste (com 56,3% das concessões), sede dos principais grupos hegemônicos de mídia, enquanto no Norte do país há apenas 4,1% de TV's Educativas, que deveriam estar presentes nas regiões mais carentes (p. 95). Lopes questiona a existência de uma rede pública nacional, nos moldes dos conglomerados comerciais, pois aponta que uma das principais emissoras públicas, a TV Cultura de São Paulo, – mantida pela Fundação Padre Anchieta (estadual) – está presente em 21 estados e no Distrito Federal. A autora detalha a rede da TV Brasil, formada por

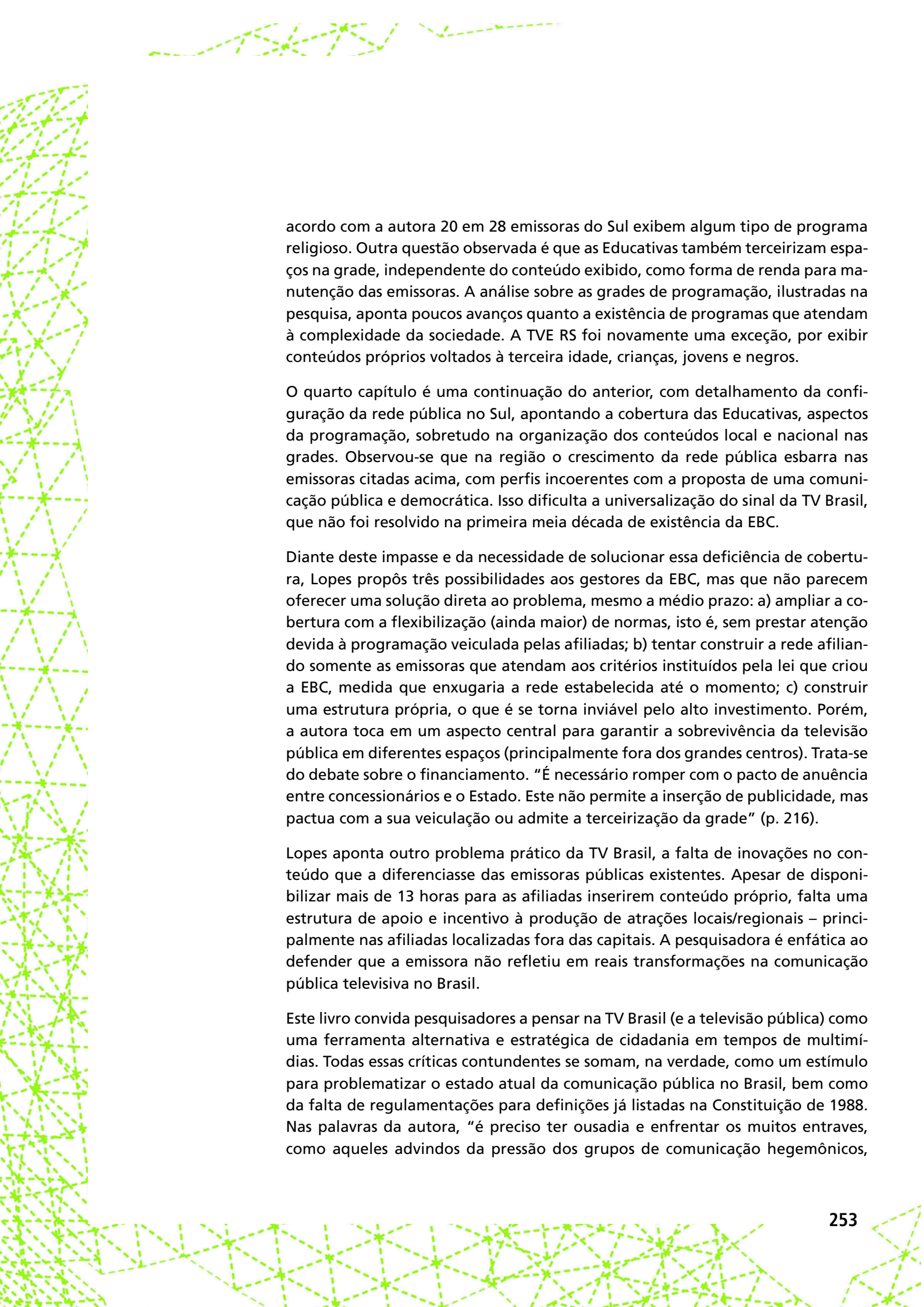


quatro emissoras próprias, retransmissoras em seis localidades, 21 geradoras estaduais (localizadas principalmente nas áreas metropolitanas) e 13 TV's Educativas (10 em São Paulo). Até a conclusão do livro (2015), o sinal da TV ainda não chegava ao Amapá e à Rondônia.

A autonomia de definição das TV's Educativas sobre qual emissoras irão retransmitir (retirada pela ausência de controle social em que os concessionários constituem as próprias regras) e a debilidade da legislação são apontadas como barreiras à tentativa de expandir a rede da TV Brasil nacionalmente. Esta também sofre com a expansão das cabeças de rede afiliadas ao Canal Futura (da Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo), que vem ampliando sua rede pelo sinal aberto das Educativas. O Futura, alicerçado na estrutura da Rede Globo, acaba por atrair mais afiliadas em diferentes regiões, em detrimento da TV Brasil, que muitas vezes é recusada por divergências político-ideológicas dos concessionários das Educativas. Outra limitação para o crescimento da rede é que a União somente firma convênio com instituições mediante a regularidade fiscal e previdenciária. O texto também lembra da vulnerabilidade das redes das geradoras estaduais, vinculadas aos respectivos governadores, e que a cada processo eleitoral podem ter as coberturas reduzidas ou ampliadas por interesses partidários.

Esse cenário foi explicitado no terceiro capítulo, direcionado à presença das TV's Educativas no Sul. No Paraná há 13 emissoras Educativas e uma afiliada à TV Brasil; no Rio Grande do Sul há seis Educativas e uma afiliada e em Santa Catarina há 9 TV's Educativas e duas afiliadas à TV Brasil. Além da baixa adesão, a pesquisadora aponta que a EBC fez uma rede com elos frágeis, sem fiscalização sobre os usos feitos com a concessão pública. A autora aponta que o governo não adotou critérios transparentes para repassar outorgas educativas, causando assim a sua privatização, pois os principais donos atuam em interesse próprio. No Paraná predominam concessões com políticos, em Santa Catarina os religiosos são a maioria e no Rio Grande do Sul as universidades privadas concentram as outorgas. Essa falta de transparência pode ser observada na gestão das emissoras, a exemplo da falta de divulgação das grades e das sinopses dos programas que produzem – essa ausência foi verificada em 28,6% das Educativas do Sul.

Esse perfil de controle influencia diretamente o conteúdo veiculado pelas emissoras, a exemplo do predomínio da programação religiosa em Santa Catarina, com uma média de duração de quatro horas por dia. No Paraná as Educativas têm uma média de três horas de produção, mas nos grupos empresariais/Educativos esse espaço próprio salta para 9h25 minutos de conteúdo. No Sul a produção regional tem uma média diária de duas horas. Na amostra toda predominaram programas informativos e de variedades (muitas vezes usados para promover os seus concessionários), em detrimento dos conteúdos educativos e sobre cidadania, que ocorreram em menor frequência. O conteúdo religioso foi constante, de



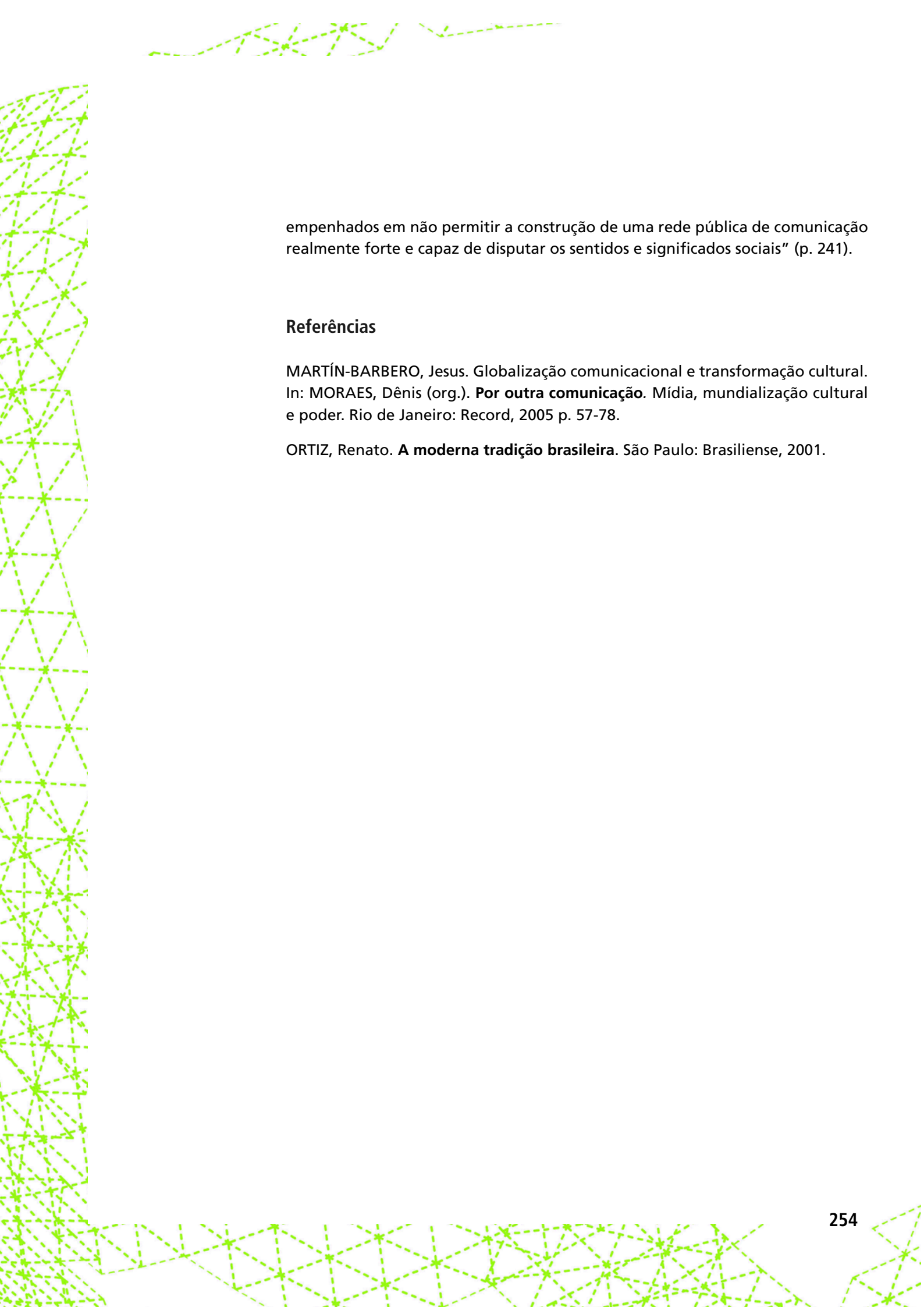
acordo com a autora 20 em 28 emissoras do Sul exibem algum tipo de programa religioso. Outra questão observada é que as Educativas também terceirizam espaços na grade, independente do conteúdo exibido, como forma de renda para manutenção das emissoras. A análise sobre as grades de programação, ilustradas na pesquisa, aponta poucos avanços quanto a existência de programas que atendam à complexidade da sociedade. A TVE RS foi novamente uma exceção, por exibir conteúdos próprios voltados à terceira idade, crianças, jovens e negros.

O quarto capítulo é uma continuação do anterior, com detalhamento da configuração da rede pública no Sul, apontando a cobertura das Educativas, aspectos da programação, sobretudo na organização dos conteúdos local e nacional nas grades. Observou-se que na região o crescimento da rede pública esbarra nas emissoras citadas acima, com perfis incoerentes com a proposta de uma comunicação pública e democrática. Isso dificulta a universalização do sinal da TV Brasil, que não foi resolvido na primeira meia década de existência da EBC.

Diante deste impasse e da necessidade de solucionar essa deficiência de cobertura, Lopes propôs três possibilidades aos gestores da EBC, mas que não parecem oferecer uma solução direta ao problema, mesmo a médio prazo: a) ampliar a cobertura com a flexibilização (ainda maior) de normas, isto é, sem prestar atenção devida à programação veiculada pelas afiliadas; b) tentar construir a rede afiliando somente as emissoras que atendam aos critérios instituídos pela lei que criou a EBC, medida que enxugaria a rede estabelecida até o momento; c) construir uma estrutura própria, o que é se torna inviável pelo alto investimento. Porém, a autora toca em um aspecto central para garantir a sobrevivência da televisão pública em diferentes espaços (principalmente fora dos grandes centros). Trata-se do debate sobre o financiamento. “É necessário romper com o pacto de anuência entre concessionários e o Estado. Este não permite a inserção de publicidade, mas pactua com a sua veiculação ou admite a terceirização da grade” (p. 216).

Lopes aponta outro problema prático da TV Brasil, a falta de inovações no conteúdo que a diferenciasse das emissoras públicas existentes. Apesar de disponibilizar mais de 13 horas para as afiliadas inserirem conteúdo próprio, falta uma estrutura de apoio e incentivo à produção de atrações locais/regionais – principalmente nas afiliadas localizadas fora das capitais. A pesquisadora é enfática ao defender que a emissora não refletiu em reais transformações na comunicação pública televisiva no Brasil.

Este livro convida pesquisadores a pensar na TV Brasil (e a televisão pública) como uma ferramenta alternativa e estratégica de cidadania em tempos de multimídias. Todas essas críticas contundentes se somam, na verdade, como um estímulo para problematizar o estado atual da comunicação pública no Brasil, bem como da falta de regulamentações para definições já listadas na Constituição de 1988. Nas palavras da autora, “é preciso ter ousadia e enfrentar os muitos entraves, como aqueles advindos da pressão dos grupos de comunicação hegemônicos,



empenhados em não permitir a construção de uma rede pública de comunicação realmente forte e capaz de disputar os sentidos e significados sociais” (p. 241).

Referências

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis (org.). **Por outra comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005 p. 57-78.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.